

Direito Constitucional

1. Segundo a Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente/SP, é correto afirmar que:

(A) São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário local.

(B) Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e o sucederá no de vaga, o Presidente da Câmara de Vereadores.

(C) Constitui dever do Município manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como fará constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

(D) O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por Lei, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual.

2. Observando o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente, assinale a alternativa incorreta:

(A) Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Interno;

(B) A Câmara Municipal reunir-se-á, independentemente de convocação, no mínimo duas vezes por semana, sendo vedada a convocação de sessões extraordinárias.

(C) Ao Município é vedado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

(D) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída de Vereadores eleitos e investidos na forma da Legislação, para uma legislatura de quatro anos, compreendendo cada ano uma Sessão Legislativa.

3. A respeito da previsão dos municípios na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

(A) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.

(B) Não é admitida a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.

(C) O julgamento do prefeito se dará perante o Tribunal de Justiça;

(D) É assegurada a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

4. Assinale a alternativa que não constitui uma competência atribuída aos municípios pela Constituição Federal:

(A) Legislar sobre assuntos de interesse local;

(B) Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(C) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local e estadual, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

(D) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

5. A respeito da previsão do artigo 5º, inciso LXX da Constituição Federal que trata sobre o mandado de segurança coletivo, é correto afirmar que:

(A) A legitimidade ativa da associação depende que esteja legalmente constituída, independentemente de tempo mínimo de seu funcionamento, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

(B) O município é previsto como legitimado para a sua impetração;

(C) Pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;

(D) A organização sindical não é prevista como legitimada para sua impetração.

6. Não constitui objetivo fundamental expressamente constitucionalizado da República Federativa do Brasil:

(A) Garantir o desenvolvimento nacional;

(B) Buscar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

(C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

(D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

7. Quanto à classificação das constituições, julgue os itens abaixo como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

() A Constituição Federal de 1988 é considerada uma constituição concisa, pois contém apenas princípios gerais e regras básicas de organização e funcionamento do sistema jurídico estatal.

() As constituições rígidas somente podem ser modificadas mediante procedimento mais solene e complexo que o processo legislativo ordinário. Na classificação proposta pela doutrina de Alexandre de Moraes, a constituição rígida dotada de cláusula pétrea, como a Constituição Federal de 1988, é considerada como super-rígida.

() A constituições ortodoxas adotam apenas uma ideologia política informadora, enquanto que as constituições ecléticas procuram conciliar ideologias opostas.

A sequência correta é:

- (A) V, V, F;
- (B) V, V, V;
- (C) F, V, V
- (D) F, F, F.

8. À luz do texto constitucional, assinale a alternativa incorreta:

(A) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação de improbidade administrativa que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

(B) Conceder-se-á "*habeas-corpus*" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

(C) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-corpus*" ou "*habeas-data*", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

(D) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Direito Administrativo

9. O setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente constatou que determinado servidor havia apresentado documento falsificado para a investidura em seu cargo público, ocorrida há 10 anos. Considerando a situação acima, a Administração Pública deverá:

(A) promover a cassação do ato de posse do servidor, visto que ele deu causa à situação de irregularidade em sua investidura.

(B) promover a anulação do ato de posse do servidor e de todos os atos que ele tenha praticado desde a sua investidura.

(C) promover a anulação do ato de posse do servidor, mantendo-se os atos que ele praticou que não tenham outros vícios, em prestígio ao princípio da proteção à confiança.

(D) ajuizar ação anulatória da posse do servidor, visto que, dado o tempo transcorrido, há necessidade de provimento judicial para que haja tal invalidação.

10. Em relação à Administração Pública, julgue os seguintes itens:

I. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma única vez, por igual período.

II. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

IV. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

De acordo com a Constituição Federal está correto o que se afirma em:

(A) I, II, III e IV.

(B) II e IV, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

11. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública,

- (A) inadmite delegação de nenhum de seus aspectos, devendo ser executado diretamente pelo ente federado.
- (B) não contempla medidas de coercibilidade, admitindo apenas meios de execução indireta, como aplicação de multas.
- (C) constitui atuação vinculada, sem qualquer discricionariedade pelo agente público.
- (D) é dotado do atributo da exigibilidade, que autoriza a Administração a tomar decisões executórias sem prévia submissão ao Poder Judiciário.

12. Sobre os Tribunais de Contas:

- (A) é correto dizer que os mesmos integram o Poder Judiciário, participando, junto ao Ministério Público, do Controle Externo da Administração Pública.
- (B) é certo afirmar que os mesmos integram o Poder Executivo, junto ao Ministério Público exercendo o Controle Externo da Administração Pública.
- (C) é correto dizer que os Tribunais de Contas Municipais não estão proibidos de existir, mas que não podem ser criados desde a promulgação da atual Constituição Federal.
- (D) é correto dizer que os mesmos não desempenham controle finalístico.

13. De acordo com a Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a conclusão da instrução do processo administrativo,

- (A) enseja a faculdade de a Administração proferir decisão sobre o objeto do processo ou, alternativamente, sobre o trâmite do feito por até 90 dias, independentemente de oitiva do interessado ou de justificativa.
- (B) pode autorizar a tomada de decisão coordenada, caso, por exemplo, seja necessária a participação de 3 ou mais órgãos da Administração e não se trate de processo sancionador.
- (C) obriga a Administração a proferir decisão no prazo de 30 dias, sob pena de se considerar deferido o pleito.
- (D) permite que, nos casos de processos disciplinares, a Administração solicite a participação de outras autoridades hierarquicamente superiores, para deliberação mediante decisão coordenada.

14. O Ministério Público de São Paulo deseja ajuizar ação de improbidade administrativa contra servidor público

que praticou ato de improbidade administrativa em prejuízo do Município de Presidente Prudente.

Nesse caso, em atenção à regulamentação da Lei n. a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, a demanda deve ser ajuizada perante o foro do(a):

- (A) local onde ocorreu o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.
- (B) domicílio do réu ou do local onde ele possui patrimônio.
- (C) domicílio do réu ou do local onde ocorreu o dano.
- (D) pessoa jurídica prejudicada ou da capital do estado.

15. Sobre a Lei n.º 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às empresas públicas.
- (B) Findo o prazo de classificação de informações restritas, a sua publicidade dependerá de requerimento do interessado.
- (C) O requerimento de informação de interesse público deve ser acompanhado de exposição simples dos motivos da solicitação.
- (D) Os documentos classificados como ultrassecretos devem constar de rol público com identificação para referência futura.

16. Considerando a disciplina dos bens públicos, marque a opção CORRETA:

- (A) admitem gravação por ônus reais, caso estejam desafetados.
- (B) podem ser penhorados, se dominicais.
- (C) são imprescritíveis, independentemente de afetação.
- (D) são inalienáveis, mesmo que desafetados.

Direito Processual Civil

17. Segundo o Código de Processo Civil a respeito da Advocacia Pública, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A intimação pessoal da Fazenda Pública far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- () Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federati-

vos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.

() A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, inclusive quando a lei estabelecer prazo próprio para o ente público, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- (A) F - V - F
- (B) F - V - V
- (C) V - V - F
- (D) V - V - V

18. Segundo as normas e princípios contidos no Código de Processo Civil, é incorreto afirmar que:

- (A) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.
- (B) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
- (C) É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.
- (D) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.

19. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, o Juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- (B) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- (C) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou as partes.
- (D) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

20. Acerca da Tutela Provisória prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a

sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

(B) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

(C) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se não for efetivada dentro de 15 (quinze) dias.

(D) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

21. Sobre os prazos processuais, considere as seguintes afirmativas:

I. Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 3 (três) meses.

II. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

III. Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

IV. Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.

Segundo o Código de Processo Civil, estão corretas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

22. Tício teve a sua motocicleta atingida por uma viatura oficial do Município de Presidente Prudente. Buscando obter a reparação dos danos materiais sofridos ajuizou a referida ação por meio eletrônico que segue o procedimento comum. Devidamente citada, a Municipalidade pretende propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal.

Sobre a reconvenção nos termos do Código de Processo Civil é correto afirmar:

- (A) A reconvenção pode ser proposta pelo Município em litisconsórcio com terceiro.
- (B) Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) A reconvenção não pode ser proposta contra o autor e terceiro.

(D) O Município não pode propor reconvenção sem oferecer contestação.

23. Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca das provas, assinale a alternativa incorreta.

(A) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

(B) A parte, que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.

(C) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.

(D) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

24. Segundo o Código de Processo Civil, é cabível o recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

(A) Admissão de litisconsorte.

(B) Mérito do processo.

(C) Acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.

(D) Acolhimento do pedido de gratuidade da justiça ou rejeição do pedido de sua revogação.

Direito Tributário

25. Analise os excertos doutrinários abaixo:

“_____ são os tributos não vinculados a uma atuação estatal. É o que se extrai da conjugação dos arts. [...] que, ao repartirem as competências tributárias, preveem situações fáticas que não contêm nenhuma conduta do Poder Público. Portanto, basta que o sujeito passivo realize qualquer das situações previstas em lei para que a pessoa política competente esteja autorizada a exigir o tributo correspondente, não se impondo contraprestação direta ao sujeito passivo.” (Regina Helena Costa, Curso de direito tributário, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 137. Adaptado)

“_____ são tributos vinculados a uma atuação estatal diretamente referida ao sujeito passivo, que pode consistir no exercício do poder de polícia ou na prestação de serviço público específico e divisível, em utilização efetiva ou potencial.” (Obra citada, p. 141)

Preenchem, correta e respectivamente, os espaços destacados:

(A) Taxas e contribuições de melhoria;

(B) Impostos e taxas;

(C) Taxas e impostos;

(D) Impostos e contribuições de melhoria.

26. Considere o excerto doutrinário abaixo:

“Temos assim a competência tributária – ou seja, a aptidão para criar tributos – da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Todos têm, dentro de certos limites, o poder de criar determinados tributos e definir o seu alcance, obedecidos os critérios de partilha de competência estabelecidos pela Constituição. A competência engloba, portanto, um amplo poder político no que respeita as decisões sobre a própria criação do tributo e sobre a amplitude da incidência, não obstante o legislador esteja submetido a vários balizamentos [...]”. (Luciano Amaro, Direito tributário brasileiro, 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014. P. 115/116)

Considerando-se o trecho doutrinário em epígrafe, bem como que o *nomen juris* “impostos” abrange uma espécie do gênero tributos, assinale a alternativa que contenha apenas impostos de competência dos municípios:

(A) Imposto sobre serviços de qualquer natureza; imposto sobre a propriedade de veículos automotores; e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

(B) Imposto sobre serviços de qualquer natureza; imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e imposto sobre a propriedade territorial rural;

(C) Imposto sobre serviços de qualquer natureza; imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

(D) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

27. Analise as assertivas abaixo:

I – é constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de

determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

II – admite-se, como regra, a cobrança de tributo após 90 (noventa) dias da publicação da lei que o criou ou o majorou, ainda que no mesmo exercício financeiro.

III – o contribuinte do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.

IV – por revelar a supremacia do interesse público sobre o interesse privado, admite-se que o chefe do Poder Executivo, em situações de calamidade pública (pandemia de Covid-19, por exemplo), visando a fazer frente às despesas extraordinárias dela decorrentes, crie ou majore tributos por meio de decreto.

Estão corretas:

- (A) Somente I;
- (B) I e III;
- (C) II e III;
- (D) I, III e IV.

28. O município fictício *Alfa*, observando o devido processo legal legislativo, criou duas taxas: taxa (i), cujo fato gerador é a manutenção e a limpeza de parques e praças públicas; taxa (ii), cujo fato gerador é a coleta, remoção e tratamento do lixo proveniente dos imóveis. Acerca da constitucionalidade das taxas, é correto afirmar:

- (A) Ambas as taxas são inconstitucionais, pois os fatos geradores adotados são estranhos àqueles apontados na Constituição Federal;
- (B) Ambas as taxas são constitucionais, pois os fatos geradores de ambas são totalmente compatíveis com o teor da Carta da República;
- (C) A taxa (i) é inconstitucional, pois o seu fato gerador é estranho aos apontados na Constituição; a taxa (ii) é constitucional, pois o seu fato gerador é compatível com os preceitos constitucionais;
- (D) A taxa (i) é constitucional, pois o seu fato gerador é compatível com as diretrizes constitucionais acerca dessa exação tributária; a taxa (ii) é inconstitucional, pois adotou fator gerador incompatível com os preceitos constitucionais.

29. A ação a para a cobrança do crédito tributário prescreve em:

- (A) 3 anos;
- (B) 4 anos;
- (C) 5 anos;
- (D) 10 anos.

30. Nos termos do Código Tributário Nacional, o tributo não é:

- (A) Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir;
- (B) Sanção por ato ilícito;
- (C) Criado por lei;
- (D) Cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

31. Imobiliária Recanto dos Sonhos Sociedade Simples Ltda é proprietária de diversos imóveis no município de Coronel Gumercindo.

Tem como objeto social compra, venda e administração de bens próprios e de terceiros.

Celebrou dois contratos de locação, ambos regidos pela lei n. 8.245/1991, e todos relacionados a imóveis de sua propriedade: contrato (i), figurando como locatária a Igreja “God é good”, pessoa jurídica de direito privado regularmente constituída, com vigência entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; contrato (ii), figurando como locador José da Silva, pessoa natural, com vigência entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, constando cláusula expressa no contrato de locação que o locatário é o responsável pelo pagamento de todos os tributos relacionados ao imóvel.

Iniciado o ano de 2025, o município, verificando o inadimplemento do imposto de sua competência, promoveu a inscrição dos créditos em dívida ativa. Ato contínuo, emitiu certidões de dívida ativa e, no dia 27 de janeiro do mesmo ano, ajuizou duas execuções fiscais – uma relacionada a cada imóvel –, em ambas figurando no polo passivo a Imobiliária Recanto dos Sonhos.

Regularmente citada, a imobiliária garantiu as execuções fiscais e, tempestivamente, opôs embargos à execução fiscal, apontando como causas de pedir a inexistência de obrigação tributária, a prescrição e a ilegitimidade passiva. Pugnou pelo afastamento das cobranças e, consequentemente, pela extinção das execuções fiscais.

O município impugnou os embargos.

Os autos subiram conclusos para sentença.

Considerando exclusivamente o imposto de competência do município para a resolução da questão, é correto afirmar que as sentenças dos embargos à execução fiscal deverão assim decidir:

- (A) Pedidos de ambos os embargos improcedentes;
- (B) Pedido relacionado ao contrato (i) é improcedente e o pedido relacionado ao contrato (ii) é parcialmente procedente;

- (C) Pedido relacionado ao contrato (i) é procedente e o pedido relacionado ao contrato (ii) é improcedente; e
(D) Pedido relacionado ao contrato (i) é improcedente e o pedido relacionado ao contrato (ii) é procedente.

32. Assinale a alternativa que não se coaduna com as normas constitucionais acerca do sistema tributário nacional:

- (A) É vedado à União instituir isenção sobre tributos de competência das demais pessoas políticas;
(B) É vedado às pessoas políticas instituir impostos sobre templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;
(C) É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos e taxas sobre o patrimônio, a renda ou serviços, uns dos outros;
(D) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Direito Civil

33. Em atenção à disciplina da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei nova:

- (A) apenas revoga a anterior se regular inteiramente a matéria.
(B) começa a vigor, salvo disposição em contrário, na data de sua publicação.
(C) possui, via de regra, efeitos repristinatórios.
(D) tem efeitos prospectivos limitados pela proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.

34. Sobre o direito de personalidade e a capacidade das pessoas naturais, reguladas pelo Código Civil de 2002, assinale a alternativa VERDADEIRA.

- (A) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, entre outros, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dez meses após o término da guerra.
(B) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
(C) É vedada a declaração da morte presumida, sem decretação de ausência, ainda que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
(D) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e a incapacidade não cessará, para os menores, pelo casamento.

35. Analise os seguintes itens e assinale a opção VERDADEIRA à luz do Código Civil Brasileiro:

- I. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo provisório.
II. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
III. A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

- (A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

36. De acordo com a disciplina do Código Civil, se a lei proibir a prática de determinado negócio jurídico sem prever expressamente sua nulidade ou anulabilidade, mas lhe cominar alguma outra sanção, o negócio celebrado em violação dessa proibição será:

- (A) ilícito e inválido.
(B) lícito e válido.
(C) ilícito e válido.
(D) lícito e inválido.

37. Sobre a prescrição, considere os seguintes itens:

- I. Por implicar perda de direito, a renúncia da prescrição apenas pode ser expressa, vedada a renúncia tácita.
II. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
III. Os prazos da prescrição, por se tratar de direitos disponíveis, podem ser alterados por acordo das partes.
IV. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Assinale a alternativa em que constam apenas os itens verdadeiros.

- (A) III e IV.
(B) I, II e IV.
(C) I, II e III.
(D) II e IV.

38. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, exceto quando o credor se opuser, situação em que não haverá meios possíveis para pagamento.

(B) Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.

(C) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

(D) Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.

39. De acordo com a doutrina e jurisprudência pátrias, o instituto do adimplemento substancial nas obrigações e contratos civis:

(A) Embora não consagrada expressamente no Código Civil, decorre dos princípios da função social dos contratos e da boa-fé.

(B) Somente é admitida quando prevista no instrumento contratual.

(C) É incompatível com a função social dos contratos, portanto não deve ser aplicada no direito brasileiro.

(D) Está vinculada à boa-fé subjetiva.

40. Um pedestre, ao passar debaixo da sacada de um prédio residencial, foi atingido por um carrinho de brinquedo, proveniente do alto da edificação. Ao olhar para cima, observou crianças saindo da janela do apartamento 600, mas não conseguiu afirmar de onde caiu o objeto. Nessas circunstâncias, responde pelos danos causados ao pedestre:

(A) o síndico do condomínio.

(B) o morador do apartamento 600.

(C) o responsável pelas crianças do apartamento 600.

(D) o condomínio.